

AS DIFICULDADES NO PROCESSO ORGANIZACIONAL NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO EM QUEDAS DO IGUAÇU-PR

Emerson Ferreira da Silva¹

Renata Brasileiro Franco²

Resumo

Os assentamentos influenciados pelo MST passaram por fases distintas de organização da produção. Inicialmente, a liderança do movimento incentivava formas coletivas de trabalho sendo que com as limitações desse modelo, o movimento passou a estimular a criação de cooperativas de comercialização e, mais recentemente, a agroecologia. Neste trabalho fazemos uma reflexão a partir de um estudo de caso com tratamento qualitativo, sobre como essas mudanças se refletiram no assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu-PR. Problematicamos sobre o fato de que em todas essas fases a não observância da cultura camponesa, foi um componente que influenciou no insucesso dessas formas de organização. Concluímos que no assentamento analisado, que foi criado em um momento de transição desses modelos, não foi possível implantar nenhum desses modelos de organização defendidos pelo MST com sucesso, o que contribuiu para a falta de unidade entre os assentados que, por sua vez, está favorecendo a entrada do agronegócio.

Palavras-chave: Cultura camponesa, Disputas territoriais, Reforma agrária.

Introdução

Até o final da década de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) adotou o cooperativismo como uma das estratégias para fomentar a produção nos assentamentos de reforma agrária. O modelo defendido pelo movimento priorizava o trabalho coletivo em organizações que ficaram conhecidas como CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária). As contradições desse modelo cooperativista quanto à organização do trabalho, aliado a falta de políticas públicas que atendessem a este setor, fizeram com que o MST repensasse a organização dos assentamentos, sendo que “A partir de 2000, a agenda política do Movimento assumiu a agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais” (BORGES, 2007). Neste contexto, analisaremos neste trabalho o caso do assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu-PR, que foi criado no momento de transição desses dois modelos de produção defendidos pelo MST. Neste assentamento, pudemos observar que houve

¹ Prof. da Educação Básica Técnica e Tecnológica do IFPR. Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável- UNIOESTE, Campus Marechal Cândido Rondon. Quedas do Iguaçu, PR. emerson.ferreira@ifpr.edu.br.

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável- UNIOESTE, Campus Marechal Cândido Rondon. E-mail: renatabrasileirofranco@hotmail.com.

dificuldades para criar uma cooperativa, principalmente por experiências negativas observadas em assentamentos de cidades vizinhas, ao mesmo tempo em que a liderança do movimento não conseguiu fomentar a produção agroecológica, fato que fez com que a maioria dos assentados optasse por produzir individualmente e de maneira convencional.

O MST compreende que só a ação coletiva pode levar os camponeses ao êxito em sua luta. O modo como essas ações são conduzidas, no entanto, nem sempre são bem aceitas por esses sujeitos, que veem o controle de suas atividades como um elemento estranho à sua cultura. No momento do acampamento, o camponês não tem a opção de fugir desse controle, uma vez que ficam submissos as regras impostas pelas lideranças, cuja observância é um pré-requisito para a permanência no movimento, sem a qual eles não conseguem ter acesso a terra. Isso de certa forma é cômodo para a liderança, pois sob possibilidade de exclusão do movimento é mais fácil exercer o controle sobre as ações dos acampados. Entretanto, após a posse da terra a situação se inverte, visto que ao receber seu lote os recém-assentados ganham autonomia para aderirem ou não as orientações da liderança, sendo que se a importância das ações coletivas não tiver sido assimilada pelos camponeses, eles fugirão de qualquer forma de organização que entendam que possa limitar sua autonomia.

Importante ressaltar que ações coletivas fazem parte da cultura camponesa no Brasil, sendo que em diversas regiões o trabalho coletivo foi uma forma de superar as dificuldades impostas pelo isolamento do interior do país, bem como o abandono do Estado que historicamente pouco fez pelos menos favorecidos, sobretudo da zona rural. Diante dessas condições, esses camponeses desenvolveram um grande apreço pela liberdade e autonomia apresentando, nas palavras de António Cândido (2010, p. 99), um "refúgio à submissão". Desta forma, a organização coletiva que constitui uma característica da cultura camponesa, assim como sua mais eficiente arma de luta, pode ser desmotivada a partir do momento em que os assentados percebem que sua liberdade está sendo limitada pelas ações da liderança.

Desprovidos de elementos que promovam a unidade, os camponeses ficam vulneráveis à sedução que a forma de manejo inserida na cadeia do agronegócio apresenta para os pequenos produtores, prometendo altos rendimentos com um mínimo esforço. Não é apresentado, no entanto, que a produção agrícola nos moldes do agronegócio é um modelo que não é concebido para os pequenos, pois se pauta na produção em escala e uso intensivo de tecnologia que não é acessível aos agricultores menos capitalizados, como é o caso dos assentados.

Neste sentido, este estudo pretende problematizar sobre as dificuldades de se implantar projetos coletivos nos assentamentos, a partir de um estudo de caso da experiência do assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu-PR. As informações foram coletas através de pesquisa na literatura sobre a questão agrária no Paraná, bem como entrevistas com assentados e lideranças do assentamento escolhido como objeto de estudo. Os dados foram tratados de maneira qualitativa.

O Assentamento Celso Furtado e as dificuldades de se implantar projetos coletivos.

O município de Quedas do Iguaçu, assim como os demais que se localizam na microrregião de Guarapuava, se caracteriza pela presença muito significativa de pequenas propriedades rurais. Embora também haja a presença de propriedades maiores, dedicadas à monocultura, com destaque para a soja e madeira, ainda é possível observar que a agricultura camponesa ainda apresenta resistência na região, principalmente em comparação com outras regiões do estado. Segundo o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), 85% da população do Paraná vive em áreas urbanas enquanto que, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010 a população rural de Quedas do Iguaçu representava quase um terço do total de habitantes com 9.618 pessoas, contra 20.987 residentes na área urbana do município.

O município de Quedas do Iguaçu possui ainda um dos maiores latifúndios do sul do Brasil cujas terras, destinadas prioritariamente para o plantio de madeira para a indústria, têm os títulos questionados na justiça. É em parte dessas terras que foi criado o assentamento Celso Furtado em 2005, como resultado da ocupação da fazenda Rio das Cobras, ocorrida em 1999. O projeto assentou 1089 famílias, configurando-se como um dos maiores assentamentos de reforma agrária do país. No início, mesmo após a posse da terra, a liderança do movimento optou pelo manejo coletivo das terras, enquanto as famílias permaneciam acampadas. Segundo a liderança, essa era uma forma de criar um aprendizado para o trabalho coletivo (ROOS, 2010). Diferentemente da maioria dos assentamentos criados na década de 1990, no assentamento Celso Furtado não foi criada uma cooperativa sendo que a organização coletiva se limitou a algumas associações para uso de máquinas, repassadas por programas governamentais.

É provável que o insucesso de formas mais sólidas de organização entre os assentados tenha como causas principais as dificuldades em relação a falta de recursos para o início da

produção, bem como o caráter impositivo com que as formas de trabalho coletivo são vistas pelos camponeses. De acordo com Namorado (1995), um dos princípios que devem nortear o cooperativismo é que “a adesão deverá ser, em primeiro lugar, voluntária, o que implica que dependa, em exclusivo da vontade do cooperador, pelo que proscree qualquer coação, qualquer pressão ilegítima, tudo o que vá além da persuasão” (p.58). Nesse sentido, a experiência no acampamento pode não ter cumprido o objetivo de criar o aprendizado coletivo entre os camponeses de modo que eles pudessem vislumbrar as práticas associativas como um elemento que pudesse trazer vantagens para esses sujeitos.

Segundo ROOS (2010), o camponês vê a conquista do seu lote como um passaporte para a liberdade, quando ele se livra da dependência dos donos da terra onde antes ele era empregado ou arrendatário. Neste sentido, tanto o trabalho coletivo quanto as cooperativas representam aos camponeses um elemento que retira sua autonomia. No trabalho coletivo, eles tinham que se adequar às regras de divisão entre planejamento e execução, já nas cooperativas os dirigentes muitas vezes tinham um comportamento autoritário, que intensamente se assemelhava com o de seus antigos patrões, o que contrasta com os objetivos dos camponeses, baseados na autonomia e na produção para o autoconsumo, enquanto que “a proposta das cooperativas do MST é justamente o contrário, ou seja, procura inserir cada vez mais o camponês no mundo da mercadoria”. (ROOS, 2010. p.134).

As experiências negativas com formas de cooperativismo na região também se constituíram como um fator que desmotivou o associativismo no assentamento Celso Furtado. A região Centro-Oeste foi palco de vários conflitos agrários, dos quais muitos resultaram na criação de diversos assentamentos de reforma agrária na década de 1990. Com o objetivo de enfrentar as dificuldades com o mercado, os assentados dessa região criaram uma cooperativa para facilitar a comercialização da produção, a Coagri. A criação do assentamento Celso Furtado, em 2005, aconteceu em um momento de declínio da Coagri, o que certamente impediu que esta cooperativa expandisse para Quedas do Iguaçu, bem como pode ter desmotivado a criação de uma nova cooperativa no assentamento que estava sendo implantado.

Segundo Fabrini (2002), as dificuldades para a implantação das CPA's, por conta da resistência dos assentados, levaram o MST a incentivar a criação das CPS (Cooperativas de Prestação de Serviços) como estratégia para fomentar a produção nos assentamentos. Foi neste contexto que a Coagri foi criada. A cooperativa tinha como foco o produtivismo e se inseriu no mercado onde teve uma rápida ascensão, chegando a ter mais de 4.000 sócios e abrangendo 35

assentamentos (FABRINI, 2002). Todo esse crescimento, no entanto, não foi acompanhado por um trabalho de base entre os assentados associados, o que fez com que a relação com a cooperativa fosse para esses sujeitos como uma relação com uma empresa qualquer, na qual o vínculo se limitava a possibilidade de obtenção vantagens financeiras imediatas.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o Governo Federal, com o objetivo de enfraquecer os movimentos sociais no campo, implantou uma série de medidas que dificultavam a atuação das cooperativas ligadas a esses movimentos (como a restrição ao crédito).

Em entrevistas com os assentados de Quedas do Iguaçu, foi possível verificar nas falas dos entrevistados que no início do assentamento Celso Furtado, circulava entre os até então acampados, a informação de que a experiência com o cooperativismo na cidade de Rio Bonito do Iguaçu não tinha sido vantajosa para os camponeses do assentamento Ireno Alves do Santos, situado naquele município. Segundo esses relatos, muitos assentados da cidade vizinha ficaram endividados, sendo que alguns tiveram até mesmo que se desfazerem de seus lotes por não conseguirem saldar a dívida contraída.

Ao mesmo tempo que esses elementos desmotivavam o associativismo, as discussões em torno da produção agroecológica estavam ganhando bastante força dentro do MST. Neste sentido, foi organizada uma brigada agroecológica, ainda no período de acampamento, com o objetivo de organizar um grupo de famílias para produzirem alimentos segundo esta forma de manejo. Dessa organização surgiu um grupo que chegou a ter 76 famílias que estavam dispostas a aderirem ao manejo agroecológico, sendo que a maior parte delas foram assentadas próximas umas das outras para facilitar tanto o contato entre si quanto o isolamento em relação as outras propriedades que realizavam o cultivo segundo os moldes da agricultura convencional, dificultando assim que o uso de agrotóxicos na vizinhança atingisse as lavouras orgânicas (BOZA et al, 2011).

A brigada orgânica, como era conhecido esse grupo, recebeu muitas promessas de benefícios que teriam com a produção agroecológica, principalmente com relação ao preço diferenciado que esses produtos alcançariam no mercado. A realidade, no entanto, não se mostrou tão favorável para esses produtores que não foram orientados com relação às dificuldades que o manejo agroecológico exige. A falta de apoio com relação a assistência técnica e a liberação de recursos para a produção foram alguns dos fatores que dificultaram a produção orgânica (BOZA et al, 2011). Também as promessas de preços diferenciados

acabaram não se concretizando, sendo que os produtores de orgânicos, ao comercializarem seus produtos não receberam nenhuma valorização pelo fato de serem produzidos sem agrotóxicos, o que se constituiu em um elemento extremamente desmotivador.

Desta forma, o modelo agroecológico ao invés de se espalhar pelo assentamento motivando os demais camponeses a produzirem de maneira mais autônoma, teve um declínio significativo pelo fato de ter esbarrado tanto na falta de planejamento quanto de políticas públicas específicas para o setor (BOZA et al, 2011). Isso, somado ao insucesso do associativismo no assentamento, fez com que a maioria dos assentados passasse a trabalhar em seus lotes de maneira individual e produzindo de forma convencional, ficando expostos às regras do jogo do agronegócio, que não são feitas para os camponeses.

Fragilidade da organização camponesa e territorialização do agronegócio.

O conceito de território está longe de ter uma definição que seja consensual, embora grande parte dos autores considerem que a ideia de “poder” é um dos elementos fundamentais para a compreensão deste termo. Nesse sentido, concordamos com Roos quando este autor afirma que:

As relações sociais no processo de produção do espaço é que o transformam, por isto, na essência, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder. Em função disso, compreende-se o território enquanto produto concreto das lutas de classes travadas no espaço. (ROOS, 2015. p.67)

No campo, os principais atores que travam essas lutas são o agronegócio e o campesinato, que apresentam modelos diversos para a agricultura. Enquanto o primeiro se caracteriza pela subordinação aos interesses do capital, o segundo se tipifica pela autonomia dos sujeitos. Portanto, “temos então a disputa entre capital e campesinato (...) território camponeses e capitalistas disputam o território nacional” (ROOS, 2015, p. 69).

Nessa disputa, as sucessivas vitórias do agronegócio fazem parecer que este é o melhor e, talvez o único, caminho para a agricultura no Brasil, camuflando o aparato de elementos que atuam no sentido de potencializar as condições para que esse modelo de agricultura tenha alcançado crescimento significativo nas últimas décadas. Foram diversas ações que contribuíram para que o modelo de produção baseado no monocultivo em grandes propriedades tivesse esse crescimento exponencial em relação à agricultura camponesa, alcançando altos índices de produção. Desse aparato faz parte, além de um conjunto de elementos ideológicos,

o apoio do Estado, principalmente através de políticas públicas, conforme afirma Cavalcante e Fernandes:

[...] o discurso da competência do agronegócio parece surgir da sociedade como se não houvesse um agente propulsor dessa ideologia. Os sujeitos sociais, de forma genérica, não exigem mais cidadania, mas privilégios. Assim, agricultores, comerciantes ou prestadores de serviços almejam aquisição de vantagens com o “boom” do produtivismo agrícola em grande escala” (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008. p.20).

Mesmo com um ambiente hostil, o campesinato encontra nos movimentos sociais o seu principal instrumento de luta. Neste processo, as disputas promovem vitórias e derrotas em ambos os lados, sendo que a cada embate o território vai se reconfigurando. Para Saquet,

[...] simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, (...) e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. (SAQUET, 2013, p. 33-34)

Isso posto, constatamos que os processos de territorialização e reterritorialização ocorrem constantemente no meio rural de forma dialética, de modo que campesinato e agronegócio estão em um constante embate, mesmo que os sujeitos envolvidos não se deem conta dessa disputa. Se no acampamento os camponeses podem experimentar uma forma de organização muito eficiente (mesmo que muitas vezes imposta), capaz de enfrentar o poder do latifúndio, após a conquista da terra nem sempre há a mesma sincronia entre os sujeitos. Certamente, as estratégias de organização conduzidas pelas lideranças camponesas, têm um papel considerável neste processo organizativo. Enquanto no acampamento o “inimigo” (latifúndio) é fácil de ser visualizado, no assentamento o agronegócio se apresenta “disfarçado”, seduzindo os camponeses com um caminho mais fácil para a produção.

O agronegócio, conforme Fabrini (2011), “é um sistema que compreende a associação entre agricultura, indústria e finanças, e que, patrocinado pelo Estado, visa ampliar a obtenção de lucro e renda”. Para Cavalcante e Fernandes (2008), o agronegócio é a expressão do neoliberalismo no campo, reproduzindo neste espaço o mesmo ciclo que no meio urbano produz concentração de renda e, conseqüentemente, o aumento da desigualdade.



Figura 1 – Colheita mecanizada no assentamento Celso Furtado (2017). Fonte: FERREIRA, 2017.

Neste sentido, o agronegócio não está voltado para o social, mas para os interesses do mercado, que se impõe sobre o campesinato com uma força desproporcional. Essa presença do modelo do agronegócio nos assentamentos não atende aos interesses dos assentados, uma vez que é um modelo concebido para a produção em escala, demandando altos investimentos que não são acessíveis aos pequenos produtores. Importante ressaltar também o caráter ideológico com que o modelo do agronegócio apresenta a produção de *commodities* como a única forma de agricultura, a qual todos os agricultores devem aderir. Esse discurso ideológico se apresenta nos meios de comunicação, entre os próprios agricultores, que consideram como modelo de sucesso uma propriedade mecanizada, além dos agentes financeiros (MATTEI, 2006). Desse modo, como a maioria dos assentados não possui condições de adquirir os maquinários necessários à produção em larga escala, assim como não contam com os recursos necessários para o plantio e tratamentos culturais que a forma de produção alinhada com a cadeia do agronegócio exige, muitos desses camponeses acabam optando por arrendar suas terras para produtores maiores, praticamente todos de fora do assentamento.

A retomada gradual do território do assentamento Celso Furtado pelo agronegócio se faz de maneira muito mais eficiente em função da fragilidade da organização entre os assentados. Na falta de um elemento que permita aos camponeses, a partir da organização, olharem para os lados e enxergarem nos seus pares os mesmos desafios e buscarem juntos

formas de superá-los, eles acabam olhando para cima e vendo no agronegócio o modelo de sucesso a ser buscado.

Considerações finais

Como demonstrado em vários estudos, a cultura rural no Brasil se caracteriza por um conjunto de elementos que contrastam com o tipo de racionalidade necessária para a implantação de formas de trabalho coletivas (SEYFERTH, 1992; CANDIDO, 2010). As CPA's demandam um nível de comprometimento por parte dos assentados que é difícil de se conseguir de forma espontânea por parte desses sujeitos. Grande parte dos camponeses que se engaja na luta pela terra nos movimentos sociais, está alheia aos projetos do MST, tendo como objetivo apenas conseguir um pedaço de terra para sobreviver, na maioria das vezes de forma livre e autônoma, como é característico da cultura camponesa.

No assentamento analisado neste trabalho percebeu-se que a falta de planejamento para a implantação de alternativas à produção convencional abriu caminho para a entrada do agronegócio. Também as deficiências presentes nas organizações de assentados impediram um melhor êxito no aproveitamento dos recursos materiais conquistados pelos camponeses, como máquinas agrícolas, além de dificultar a aquisição de novos equipamentos.

A organização é a melhor, talvez a única, estratégia de defesa do campesinato frente à ação do agronegócio. A partir do momento em que a organização não ocorre, ou ocorre de maneira precária, a força do capital, materializada pela imposição de uma forma de produzir onde não há espaço para os pequenos agricultores, avança sobre os assentamentos, aproveitando-se da fragilidade da organização coletiva.

É necessário encontrar um equilíbrio entre um nível de organização que atenda aos interesses dos assentados e ao mesmo tempo respeite a autonomia camponesa. Formas de organização que se apresentam de maneira impositiva acabam levando ao esvaziamento de estratégias de luta coletiva que são necessárias no acampamento, mas que também são imprescindíveis para os assentamentos. No assentamento Celso Furtado, as deficiências da falta de organização se fazem sentir, na fragilidade das organizações, fato que tem abrindo caminho para a reterritorialização do agronegócio dentro deste espaço. Embora a comercialização dos lotes seja proibida pela legislação, o agronegócio entra por outros caminhos, às vezes pelo arrendamento das terras para o plantio principalmente da soja (carro-chefe do agronegócio), ou

ainda pela entrada de políticos que não atendem aos interesses dos assentados, dificultando a eleição de lideranças alinhadas com as necessidades dos assentados e até mesmo pelo abandono do poder público em serviços essenciais para a manutenção do camponês no campo como assistência à saúde, educação e manutenção de estradas. Sem uma organização mais sólida, os camponeses ficam sem forças para lutar por essas melhorias.

A criação do assentamento Celso Furtado se insere em um período de mudança das orientações do MST quanto a forma de organização da produção nos assentamentos. Muito embora o trabalho coletivo tenha um caráter importante para o movimento, ao manter a mobilização em torno dos princípios importantes para a manutenção do campesinato enquanto classe, essa prática muitas vezes esbarra na cultura camponesa quando não é feito um trabalho de base mais eficiente, levando em consideração a autonomia e apreço pela liberdade que são elementos constituinte do modo de ser e viver camponês. Diante dessa conjuntura, o MST vem adotando nos últimos anos um discurso em favor a agroecologia como forma de se aproximar da cultura do homem do campo, mas essa prática não se resume ao cultivo de alimento sem o uso de agrotóxicos, mas sim a combinação de técnicas científicas combinadas com o conhecimento tradicional dos camponeses (ALTIERI, 2012). Por isso é necessário a união dos assentados para que possam compartilhar suas experiências, bem como para que possam lutar pelo acesso à assistência técnica.

Embora o discurso em defesa do trabalho coletivo tenha acontecido no assentamento Celso Furtado, muitos fatores contribuíram para que esta prática não fosse levada adiante, como a falta de informações, ausência de democracia nas tomadas de decisão, além da escassez de políticas públicas voltadas ao segmento. Tudo isso contribuiu para que a maioria dos assentados aderissem à agricultura convencional de forma individualizada. Como esse modelo de agricultura demanda altos investimentos, muitos assentados acabaram arrendando suas terras para outros agricultores de fora do assentamento, reproduzindo o cenário do agronegócio.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. In: Revista NERA – ANO 13, n.º. 16 – JANEIRO/JUNHO DE 2010. Disponível em: <<http://www.ft.unesp.br/nera>>. Acesso em 15 de Mai, 2016.

_____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. Ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BORGES, J. L. **A transição do MST para a agroecologia**. Universidade Estadual de Londrina. 166 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Londrina, 2007.

BOZA, Christiano et al. **A formação, a evolução e o fim da Brigada Orgânica do Assentamento Celso Furtado, PR**. Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, 2011.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAVALCANTE, M. B.; FERNANDES, B. M. . **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista NERA (UNESP), v. 13, p. 16-25, 2008. Disponível em: <<http://cultivehortaorganica.blogspot.com.br/2015/06/agricultura-sustentavel-conceitos-e.html>> Acesso em: 03 de outubro 2016.

FABRINI, J. E.. **Território, classe e movimentos sociais no campo**. Revista da ANPEGE, v. 7, p. 97-112, 2011.

FERNANDES, B. M. **Assentamentos rurais**: Territórios do Território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=29> . 31/08/2017.

MATTEI, L. **Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil**: o caso recente do PRONAF. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44, 2006. Fortaleza. Anais... Brasília, DF: SOBER, 2006.

MLADENATZ, G. **História das Doutrinas Cooperativistas**. Trad.: José Carlos Castro, Maria da Graça Leal e Carlos Potiara Castro. Brasília: Confefras, 2003.

NAMORADO, R. **Os princípios cooperativos**. Coimbra: Fora do Texto, 1995.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense**: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Presidente Prudente. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.

_____. **O aprendizado e a resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu/PR**. 181 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2010.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SEYFERTH, G. **As contradições da liberdade**: análise de representações sobre a identidade camponesa. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7, n. 18, p. 78-95, 1992. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_06.htm 31/08/2017.